

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2008.

Área Temática: Política de Crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Governo prepara uma nova injeção de recursos no campo – Sheila D’Amorim e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008.....	5
Indefinição cerca venda de produção familiar – Breno Costa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008.....	6
Após dois anos de prejuízo, preço melhora para os produtores, mas diante da crise do mercado financeiro, o cenário é de cautela – Globo Rural – Capa – novembro 2008 Texto Sebastião Nascimento Fotos Ernesto de Souza.....	7
Stephanes anuncia mais crédito para agricultura – Sítio eletrônico da CNA – 05/11/2008.....	7
Decreto cria Fundo para quitar dívidas com fornecedores de insumos – Sítio Eletrônico da CSA – 05/11/2008.....	8
Produtores discutem mecanismos de sustentação de preços para evitar prejuízos na crise – Sítio Eletrônico da CNA – 05/11/2008	8
Operacionalização de crédito do Pronaf no Bioma Amazônia – Sítio Eletrônico da Contag – 05/11/2008	9
Programa financia compra de tratores – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/11/2008.....	10
Stephanes anuncia mais crédito para agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/11/2008.....	11
Codefat aprova R\$ 700 milhões para Proger Rural e Pronaf – Sítio eletrônico da CNA – 06/11/2008.....	11
Governo pode liberar mais R\$ 2 bi para produtores – Fabíola Salvados e Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/11/2008.....	12
Faltam 7 dias para fim da adesão à renegociação de dívidas – Sítio eletrônico do MDA – 07/11/2008.....	13
Pesquisa projeta renda agrícola de 2008 em R\$ 165 bilhões – Sítio Eletrônico da CNA – 10/11/2008.....	14
Brasil não tem modelo efetivo para microcrédito, diz Yunus – Marianna Aragão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/11/2008	15
CNA fará vigilância para que produtor tenha acesso ao crédito – Sítio eletrônico da CNA – 12/11/2008	16
Contag esclarece dúvidas sobre Pronaf do Bioma Amazônia – Sítio eletrônico da Contag - 12/11/2008	16
Prazo para aderir à renegociação é prorrogado para 12 de dezembro – Sítio eletrônico da CNA – 13/11/2008.....	17
Confederação diz que crédito não chegou ao campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/11/2008.....	18
CMN define novo prazo para renegociar dívida rural – Sítio Eletrônico do MAPA – 13/11/2008.....	19
Prorrogado prazo para adesão à renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2008.....	19

Segunda Quinzena

A crise chega ao campo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/11/2008	20
Agricultores podem renegociar dívidas até o dia 12 de dezembro – Sítio eletrônico da Contag - 18/11/2008	21
Produtor agrícola ganha crédito para refinar dívidas – Fernando Nakagawa e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008	22
BB quer fim das renegociações – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008	23
Banco retoma máquinas de quem não paga – Thiago Itacaramby – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008	24
Agricultor terá recursos do BNDES para dívida – O Globo – Economia – 19/11/2008	24
BNDES já liberou R\$ 5,2 bilhões no ano para projetos de biocombustível - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 19/11/2008	25
CMN define linha de crédito para financiar dívidas rurais da região Centro-Oeste – Sítio eletrônico do MAPA – 19/11/2008.....	26
CNA defende criação de fundo garantidor para evitar crise em safras futuras – Sítio eletrônico da CNA – 20/11/2008.....	26
Setor rural recebe 6% a mais de recursos para financiamento em 2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/11/2008.....	27
Aplicações chegam a R\$ 25,93 bilhões entre julho e outubro de 2008 – Sítio eletrônico da CNA – 21/11/2008.....	28
Ruralistas pedem mais R\$ 3,5 bi para enfrentar a crise no campo – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008.....	29
Governo planeja investir mais em preço mínimo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008.....	29
Reengenharia no crédito rural – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/11/2008.....	30
"Horizonte é de fato sombrio", afirma ministro Stephanes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2008.....	31
Ajuda "não adianta nada" sem garantia de renda mínima no setor, diz agricultor – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2008.....	32
Gasto agrícola do Tesouro pode cair à metade – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/11/2008.....	33
Alerta: Seguro Agrícola pode ser a saída nos desastres climáticos – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2008.....	34
Produtores discutem medidas de apoio à comercialização – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008.....	35
Falta de financiamento para comercialização compromete produção de leite em 2009 – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008	35
Parcelas de investimentos com vencimento neste ano serão incluídas na renegociação – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008	36
CMN aprova linhas de financiamento para cafeicultura – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008.....	37
Custo do crédito sobe e preocupa governo – Sheila D’amorim e Ney Hayashi da Cruz – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008.....	37

Recorde, dívida dos brasileiros já ultrapassa os 40% do PIB – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008.....	39
Após cobrança de Lula, BB reduz juros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2008.....	40
De olho no crédito, governo estuda novos cortes no IOF – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2008.....	40
Já apertou – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 29/11/2008.....	41
CRÉDITO AINDA NÃO ESTÁ NORMALIZADO, AFIRMA MANTEGA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/11/2008.....	42

Governo prepara uma nova injeção de recursos no campo – Sheila D’Amorim e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008

Eleito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma âncora verde fundamental para sustentar o crescimento da economia nos dois últimos anos de seu mandato e minimizar o impacto da crise mundial, o setor do agronegócio terá uma nova injeção de recursos nos próximos dias.

Segundo informou à Folha o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), entre as medidas em discussão estão a prorrogação, por até dois anos, de R\$ 1,2 bilhão em dívidas de investimento renegociadas e que venceram em outubro e a liberação de até R\$ 5 bilhões para o financiamento da safra.

O valor exato não está fechado, afirma o ministro, porque as fontes de recursos ainda não foram definidas. Parte desse dinheiro poderá vir de nova revisão nas regras dos compulsórios. O governo estuda também a possibilidade de direcionar os leilões de linhas de comércio exterior do Banco Central para as regiões mais prejudicadas pela falta de dinheiro externo para financiar o setor.

O foco das medidas, desta vez, diz Stephanes, será a região Centro-Oeste, que não teve o problema de falta de financiamento completamente resolvido pelas medidas anunciadas recentemente para o setor.

A atenção especial ao agronegócio foi uma determinação de Lula que, em conversas reservadas na última semana, disse a auxiliares que conta com "a agricultura para atravessar o deserto", numa referência aos reflexos que a crise internacional terá sobre o crescimento brasileiro no futuro.

Lula orientou a equipe econômica a conversar com Stephanes, a fim de atender a reivindicações do setor que garantam uma boa safra em 2009 e 2010. E a conclusão dos técnicos da Agricultura que passaram as últimas duas semanas viajando pelo interior do país é que, sem um socorro para o Centro-Oeste, o país corre o risco de ter uma forte queda na produção no ano que vem.

Isso porque, ao contrário do que aconteceu no centro-sul do Brasil -onde o ministro considera que as dificuldades estão "razoavelmente administradas" com o direcionamento de mais recursos da poupança do Banco do Brasil- a região Centro-Oeste está descapitalizada e não tem tradição de operar com o BB como agente de financiamento.

A maior fonte de recursos para a região, que responde por 25% da safra nacional, segundo Stephanes, são as tradings. Essas empresas financiam o produtor comprando a produção antecipadamente, mas, com a crise, saíram de circulação.

Abandonaram seus parceiros que lhes renderem muito nos bons momentos", critica. Por isso, amanhã ele se reunirá com o ministro Guido Mantega (Fazenda) para fechar as medidas já detalhadas pela área técnica dos dois ministérios. Depois de autorizar, na

semana passada, que um percentual dos recursos da poupança seja usado para capitalizar as tradings, o governo, agora, socorrerá os produtores do Centro-Oeste com a prorrogação de R\$ 1,2 bilhão em dívidas renegociadas de investimentos que venceram no mês passado. "Cerca de 75% da inadimplência da dívida que tinha que ser paga em outubro está entre Goiás e Mato Grosso. O problema está aí", afirmou o ministro. "Parece lógico postergar essa dívida por um ou dois anos para não concentrar com outras que estarão vencendo."

Há ainda um tema polêmico em discussão. Trata-se da portaria do Ministério do Meio Ambiente que incluiu grande parte de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão numa zona de restrição de crédito. Com isso, para conseguir financiamento, os agricultores têm de se cadastrar e apresentar uma série de documentos que inclui uma certidão de que a terra não tem problema ambiental.

Crescimento - A aposta do governo na agricultura, segundo Stephanes, vem da avaliação de que, além de ser a principal atividade econômica em 4.000 dos 5.600 municípios do país, a agricultura é importante para o controle da inflação, para a geração de emprego e renda e para o superávit comercial do Brasil. "O governo tem uma visão estratégica de que o Brasil pode assumir um papel relevante de fornecedor de alimento para o mundo no médio prazo porque o mundo continuará consumindo alimentos." Segundo Stephanes considerando toda cadeia agrícola, desde a produção de insumos ao maquinário usado e os produtos gerados, a agricultura responde por quase 32% do PIB.

Indefinição cerca venda de produção familiar – Breno Costa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008

Num sinal de influência direta da crise financeira global sobre o campo brasileiro, a fase de comercialização da safra 2008/ 2009 da agricultura familiar, que acontece a partir de março, "ainda é uma incógnita", segundo o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Peraci. Ele diz que o governo terá uma noção mais clara só no início de dezembro. Segundo ele, os problemas para o setor são a "ausência de recursos" e a possibilidade de uma recessão mundial, que poderia impedir a entrada de itens alimentícios brasileiros em países estratégicos.

A produção agrícola familiar representa, de acordo com o governo, cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Dados preliminares do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, indicam que mais de 5,2 milhões de estabelecimentos rurais têm como base organizativa a produção rural familiar. Segundo Peraci, medidas como a anunciada na quinta passada pelo Banco Central, que elevou a oferta de crédito rural em R\$ 2,5 bilhões ao mudar as regras do compulsório, garantem, por ora, o ciclo do plantio da safra. A preocupação para daqui a cinco meses, diz ele, é a falta de liquidez no setor privado e seu impacto no financiamento do escoamento da produção.

O governo estima que um terço dos itens agrícolas mandados para fora do país tenha participação da agricultura familiar na cadeia produtiva. Organizações de trabalhadores dizem que o número é maior.

Após dois anos de prejuízo, preço melhora para os produtores, mas diante da crise do mercado financeiro, o cenário é de cautela – Globo Rural – texto Sebastião Nascimento - Capa – novembro 2008

■ ■ Mães amamentam porquinhos recém-nascidos em granja na região Sul do país, maior produtor do Brasil. São 11 horas e 30 minutos de uma manhã de outubro em Concórdia, no oeste de Santa Catarina, e as plantações de erva-mate, típicas da Região Sul do País, estão abundantes e viçosas. Rodrigo Pizzato, 21 anos, descalça o par de botas, troca o uniforme pelo jeans, almoça rapidamente e, ao meio-dia, ruma para Xanxerê, cidade onde faz o terceiro semestre de veterinária. Percorre 100 quilômetros só de ida por uma estrada esburacada e tortuosa, retornando para casa às 21 horas, a tempo de jantar, estudar um pouco e resolver as pendências da Granja Pizzato, onde auxilia o pai, Antonio, na criação de leitões. Às 6 horas, o rapaz recomeça tudo.

esforço tem um objetivo: futuramente, ele irá substituir Antonio Pizzato, 57 anos, na condução da granja, que produz 20 mil leitõezinhos/ano e que deve chegar a 25 mil em 2009. O pai completou 31 anos à frente de um trabalho de modernização que tornou o estabelecimento um cartão-postal da suinocultura em Concórdia, devido à organização, limpeza e qualidade do plantel. Antonio, sangue italiano num pedaço do Brasil que acolheu também alemães, poloneses, entre outros povos, quer transferir a Rodrigo o comando que já havia lhe sido passado pelo pai há décadas. "Tudo somado, dá um século de perseverança", diz...■ ■

Stephanes anuncia mais crédito para agricultura – Sítio eletrônico da CNA – 05/11/2008

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, anunciou, há pouco, mais três medidas para garantir crédito para a agricultura. Durante reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nesta quarta-feira (5/11), ficou acertada a criação de uma linha de crédito no valor inicial de R\$ 1 bilhão para financiar a Cédula do Produto Rural (CPR). A linha será oferecida pelo Banco do Brasil aos produtores que já emitiram a Cédula e aos que pretendem utilizar esse recurso para financiar a safra.

Stephanes anunciou também que o governo irá garantir os preços mínimos dos produtos agrícolas durante a safra atual. O orçamento para a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) é de R\$ 1,5 bilhão. “Se for necessário, o governo irá colocar mais recurso nessa política”, garantiu o ministro.

O governo também irá se reunir na próxima terça-feira (11/11) com as tradings e cooperativas para avaliar o acesso a recursos para o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Segundo o ministro, os recursos estão disponíveis e é necessário saber por que não

estão sendo acessados por essas instituições. Esses ACC's são usados, principalmente, pelo setor exportador de soja e algodão.

Além disso, será instituída uma outra linha de crédito para os bancos credores do setor rural financiarem as dívidas de investimento. A medida atinge os produtores do Centro-Oeste do País, com o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas.

Decreto cria Fundo para quitar dívidas com fornecedores de insumos – Sítio Eletrônico da CSA – 05/11/2008

Foi publicado hoje (5/11) no Diário Oficial da União o [Decreto 6628](#), que aprova o Estatuto do Fundo Garantidor de Financiamentos (FGF). O fundo tem por finalidade garantir os financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas com fornecedores de insumos, referentes às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005. Segundo o Decreto, o limite de recursos do FGF é de R\$ 286 milhões.

A criação deste fundo estava prevista na [Lei 11.524](#), sancionada em setembro do ano passado e que criou o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), linha de financiamento de R\$ 2,2 bilhões, voltada para pagamento de débitos com empresas que fornecem insumos e cujo prazo de contratação é válido até 30 de dezembro. O FGF será uma medida complementar ao FRA.

Produtores discutem mecanismos de sustentação de preços para evitar prejuízos na crise – Sítio Eletrônico da CNA – 05/11/2008

A carência de recursos para financiar a atividade agropecuária, decorrente da crise financeira internacional, pode agravar ainda mais o cenário já desfavorável vivido pelos fornecedores independentes de cana-de-açúcar, que há vários anos convivem com receitas inferiores aos custos de produção. Diante desse cenário, a Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reúne nesta quinta-feira (6/11), a partir das 9h, na sede da entidade, em Brasília, lideranças do setor canavieiro de 16 estados para discutir propostas de sustentação de preços da cana-de-açúcar com o objetivo de equiparar os valores pagos aos fornecedores aos custos da atividade. As proposições serão levadas à Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Açúcar e Alcool do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em reunião amanhã à tarde na sede do órgão.

“Os preços pagos aos produtores, que já são baixos, poderão cair ainda mais se esta crise se prolongar”, alerta o presidente da Comissão da CNA, Edison José Ustulin. “Muitos produtores podem até deixar de receber ou ter o pagamento pela produção atrasado”, completa. Segundo Ustulin, um dos mecanismos de sustentação dos preços da atividade canavieira é a inclusão da cana-de-açúcar na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM), reivindicação já feita ao Governo neste ano e que será levada à Câmara Setorial. A alternativa poderia equiparar o valor da produção recebido pelos produtores, que hoje é de

R\$ 35 por tonelada, aos custos de produção, de R\$ 55 por tonelada. “O valor pago pelos produtores é o mesmo há pelo menos dois anos e não há perspectivas de aumento. O crédito é bem vindo, mas sem política de sustentação, não há como pagar o financiamento”, afirma o representante da CNA. Na avaliação de Ustulin, o setor canavieiro, apesar de ter cumprido as legislações trabalhista e ambiental, não avançou em relação à rentabilidade do produtor. “O fornecedor tem sido o mais penalizado, pois é obrigado a vender sua produção a qualquer preço para poder sobreviver”, relata.

O presidente da Comissão da CNA defende ainda a adoção de subsídios para adubos e fertilizantes químicos, que tiveram alta de 100% no preço em 12 meses. Ele informa ainda que os produtores vão propor à Câmara Setorial a revisão do modelo de comercialização de álcool. Segundo ele, o álcool sobe de preço nas usinas, mas o produtor não é beneficiado por estes reajustes.

Operacionalização de crédito do Pronaf no Bioma Amazônia – Sítio Eletrônico da Contag – 05/11/2008

A concessão de crédito rural ao amparo de recursos de qualquer fonte para atividades agropecuárias nos municípios que integram o Bioma Amazônia passa ser operacionalizada nas formas que seguem:

De acordo com o Artigo 1º da RESOLUÇÃO BACEN No 3.599 (29/08/2008)

1. Os beneficiários do Pronaf ou outros produtores rurais com até quatro (4) módulos fiscais só precisam apresentar declaração individual do interessado (que pode ser de próprio punho) atestando duas coisas:

(i) que sua propriedade já tem área de preservação permanente (APP) e área de reserva legal (RL), ou então, que o interessado se compromete a recompor ou regenerar a APP e a RL conforme previsto no Código Florestal (cujo Artigo 44 diz que o proprietário ou possuidor do imóvel deve recompor a RL em até 30 anos, sendo que a cada três (3) anos deve ser recomposto 1/10 da área); além disso, a DECLARAÇÃO também deve atestar;

(ii) que não existem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel.

2. Os beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) enquadrados nos Grupos "A" e "A/C" do Pronaf só precisam apresentar DECLARAÇÃO fornecida pelo INCRA atestando (i) que o projeto de assentamento (PA) possui licença ambiental ou está com processo de licenciamento aberto no órgão competente, ou então, a DECLARAÇÃO deve atestar (ii) que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com finalidade de licenciamento ambiental, informando a lista de todos os beneficiários do PA.

3. Os agricultores familiares (enquadrados no Grupo B), os indígenas (com DAP emitida pela Funai), os quilombolas (em áreas reconhecidas e demarcadas pelo órgão competente e com DAP emitida pela Fundação Palmares), pescadores artesanais (com

documentação emitida pelo órgão competente), habitantes ou usuários em situação regular de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais; conforme declaração do órgão competente) e os ocupantes regulares de várzea (*) (com Autorização de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, expedido pela Secretaria de Patrimônio da União, ou documento correlato expedido pelo respectivo Governo Estadual, quando se tratar de áreas de seu domínio) ficam dispensados das exigências previstas no item 12, alíneas "a" e "b", e no item 14 da Seção 1 do Capítulo 2 do Manual de Crédito Rural, e dessa forma, só precisam apresentar a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP).

(*) Os ocupantes regulares de áreas de várzea foram dispensados no Artigo 1º da RESOLUÇÃO BACEN No 3.618 (30/09/2008).

De acordo com o Artigo 2º da RESOLUÇÃO BACEN No 3.618 (30/09/2008), inclui o item 18 da Seção 1 do Capítulo 2 do Manual de Crédito Rural com a seguinte redação:

"18 - Excepcionalmente, para a safra 2008/2009, a documentação referida no inciso I da alínea "a" do item 12 poderá ser substituída por:

a) Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, quando se tratar de beneficiários enquadrados nesse Programa;

b) solicitação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), devidamente protocolada no INCRA ou em Unidade Municipal de Cadastramento, para os demais produtores rurais que disponham, a qualquer título, de área não superior a 4 (quatro) módulos fiscais."

Programa financia compra de tratores – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/11/2008

O governador de São Paulo, José Serra, anunciou ontem o programa Pró-Trator que permite aos agricultores e pecuaristas obterem financiamento para a compra de 6 mil tratores com juro zero junto à Nossa Caixa. Ao todo, serão liberados até R\$ 400 milhões em crédito para pagamento em cinco anos. O juro, de 6,75% ao ano, será subsidiado pelo Estado por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Serão beneficiados os produtores com renda agropecuária bruta anual de até R\$ 400 mil. Cada agricultor poderá adquirir apenas um trator com juro subsidiado.

Stephanes anuncia mais crédito para agricultura – Sítio Eletrônico do MAPA – 05/11/2008

Brasília (5.11.2008) – O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, anunciou, há pouco, mais três medidas para garantir crédito para a Agricultura. Durante reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nesta quarta-feira (5), ficou acertada a criação de uma linha de crédito no valor inicial de R\$ 1 bilhão para financiar a Cédula do Produto Rural (CPR). A linha será oferecida pelo Banco do Brasil aos produtores que já emitiram a Cédula e aos que pretendem utilizar esse recurso para financiar a safra.

Stephanes anunciou também que o governo irá garantir os preços mínimos dos produtos agrícolas durante a safra atual. O orçamento para a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) é de R\$ 1,5 bilhão. “Se for necessário, o governo irá colocar mais recurso nessa política”, garantiu o ministro.

O governo também irá se reunir na próxima terça-feira (11) com as *tradings* e cooperativas para avaliar o acesso a recursos para o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Segundo o ministro, os recursos estão disponíveis e é necessário saber por que não estão sendo acessados por essas instituições. Esses ACC's são usados, principalmente, pelo setor exportador de soja e algodão.

Além disso, será instituída uma outra linha de crédito para os bancos credores do setor rural financiarem as dívidas de investimento. A medida atinge os produtores do Centro-Oeste do País, com o financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas. (*Da Redação*)

Codefat aprova R\$ 700 milhões para Proger Rural e Pronaf – Sítio eletrônico da CNA – 06/11/2008

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou hoje (6/11) a destinação de R\$ 700 milhões para financiar pequenos produtores e agricultores familiares. Esta decisão atende a uma reivindicação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que pleiteava a ampliação do montante de recursos do Governo Federal destinados ao financiamento da atividade rural. Deste total, R\$ 350 milhões serão aplicados no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e outros R\$ 350 milhões serão disponibilizados para operações de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo o presidente da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência social da CNA, Rodolfo Tavares, a proposta inicial do Executivo era reservar apenas R\$ 350 milhões para os dois programas. “Foi uma conquista importante, pois agora teremos mais recursos aprovados para serem aplicados para os pequenos agricultores representados pela Confederação”, destacou Tavares, representante da CNA no Codefat. Para o presidente da Comissão Nacional de Assuntos de Pequena Propriedade da CNA, Celso Rigo, o aumento dos recursos para custear o pequeno agricultor vem em momento oportuno diante da escassez de crédito para o plantio de lavouras, decorrente da crise financeira internacional. “A decisão pode aliviar as dificuldades enfrentadas pelo produtor rural, mas o dinheiro precisa chegar de fato à ponta, para aplicarmos na produção”, enfatizou.

Governo pode liberar mais R\$ 2 bi para produtores – Fabíola Salvados e Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/11/2008

Para tentar afastar o pessimismo que ameaça tomar conta dos produtores agrícolas, em razão da crise internacional, o governo decidiu reforçar os mecanismos de apoio à comercialização da safra que está sendo plantada.

Ao divulgar a segunda estimativa para a safra 2008/09 de grãos, o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi, informou que o governo vai alocar de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões para as políticas de apoio à comercialização agrícola, além dos R\$ 4 bilhões já incluídos na proposta orçamentária inicial para 2009.

A preocupação do governo é evitar que a incerteza sobre os preços agrícolas possa desestimular os produtores e reduzir a colheita. A estimativa divulgada ontem pela Conab indica que a próxima safra de grãos poderá ficar entre 1,4% e 2,9% abaixo da colheita deste ano.

Segundo a Conab, restrições ambientais e falta de financiamentos provocada pela crise financeira prejudicaram o plantio.

O diretor de gestão da Conab, Silvio Porto, disse acreditar, no entanto, que as medidas anunciadas pelo governo para ampliar a oferta de crédito para o setor agrícola poderão reverter a queda, principalmente no Centro-Oeste, onde a falta de recursos é um problema mais grave.

Ainda ontem, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, enfatizou que o governo vai comprar produtos agrícolas e fazer estoques ou pagar ao produtor a diferença entre os preços de mercado e o mínimo fixado pelo governo. “São medidas que darão conforto aos produtores rurais”, disse o ministro.

O governo já decidiu, por exemplo, que vai comprar parte da oferta excedente de leite e intensificar, a partir de março do próximo ano, as operações de compras de milho.

Segundo Silvio Porto, no caso do milho as compras podem superar 3 milhões de toneladas.

A segunda estimativa da Conab para a próxima safra mostra que, apesar da possibilidade de queda na produção, a área plantada terá pequeno recuo de 0,1% ou um aumento de 1,2%. “Haverá aumento da oferta de produtos essenciais, como é o caso do arroz, feijão e trigo”, disse o presidente da Conab.

No caso do milho, insumo essencial para as agroindústrias de frangos e suínos, a área plantada e a produção na primeira safra ficarão abaixo do resultado do ano passado, quando foram plantados 9,56 milhões de hectares e colhidas 39,93 milhões de toneladas.

Para a safra que está sendo plantada agora, a Conab estimou a área de 9,35 a 9,51 milhões de hectares e produção de 36,95 a 37,85 milhões de toneladas. Se confirmada a previsão mais pessimista, a produção será 7,5% menor, mas o diretor de gestão empresarial da Conab descartou o risco de falta do produto. “Os estoques privados somam 8 milhões de toneladas”, lembrou.

Faltam 7 dias para fim da adesão à renegociação de dívidas – Sítio eletrônico do MDA – 07/11/2008

Faltam apenas sete dias para agricultores familiares e assentados da reforma agrária do País aderirem à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). O prazo termina no dia 14 de novembro e quem aderir tem direito a descontos e bônus para refinanceir ou mesmo liquidar suas operações em condições muito vantajosas.

Das cerca de 511 mil operações do Banco do Brasil (BB) que ainda podem se beneficiar da lei de renegociação, 370 mil já aderiram ou liquidaram, representando 72% de adesões. Segundo dados do Banco da Amazônia (Basa), das cerca de 64 mil operações enquadradas no Pronaf, aproximadamente 20 mil já aderiram, o que representa 33% de adesão.

A situação é semelhante no Banco do Nordeste (BNB), de acordo com o gerente do Pronaf e do PNCF no Banco do Nordeste (BNB), Luis Sérgio Machado, até o momento 30% aderiram à renegociação, cerca de 150 a 200 mil operações do total de 490 mil. “Acreditamos que haverá uma maior adesão até o dia 14 de novembro. Estamos trabalhando um reforço de divulgação para isso”, afirma.

Para aderir basta o agricultor familiar ir ao banco e assinar um termo de adesão à renegociação de dívidas rurais da Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 432). No termo devem constar o nome completo e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, ressalta que a lei foi uma conquista dos movimentos sociais e eles são importantes nesse momento de informar os agricultores. “É o momento de secretarias de agricultura, extensionistas, lideranças sociais de se envolverem ainda mais nesses últimos dias na coleta das adesões nas comunidades. É a última oportunidade”, alerta.

O diretor explica que até os agricultores que já saíram do campo, mas estão inadimplentes por já terem acessado algum crédito rural, devem fazer a adesão. Guadagnin avisa que se o agricultor não se manifestar até 14 de novembro, poderá ficar impedido de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar novos empréstimos. “Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União”, avisa.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, a entidade fez campanhas em conjunto com os bancos na divulgação da importância dos agricultores familiares procurarem o banco e fazerem suas renegociação em tempo hábil. Ele acredita que há, ainda, uma acomodação por parte de

alguns agricultores que ainda não procuraram os bancos. “Nossa orientação é que, de imediato, os agricultores procurem os bancos, façam a renegociação”.

Santos diz que a Contag ainda não está defendendo uma proposta de adiamento do prazo e que é fundamental que os agricultores procurem os bancos até o dia 14. “Continuando inadimplente e não renegociando, esse agricultor perde duas vezes, pelos benefícios da renegociação e pela oportunidade de ter acesso a novos créditos na safra 2008/2009”, explica.

Pesquisa projeta renda agrícola de 2008 em R\$ 165 bilhões – Sítio Eletrônico da CNA – 10/11/2008

A projeção de renda agrícola de 2008, indicada pelo Valor Bruto da Produção de 20 lavouras, ficará em R\$ 165,3 bilhões, um reajuste de 16,7% em relação ao ano passado (R\$ 141,6 bilhões). Este aumento se deve a alguns ajustes que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fizeram em relação à produção esperada para este ano, e também a ligeiras alterações nos preços recebidos pelos agricultores. A avaliação é do coordenador-geral de Planejamento Estratégico, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Garcia Gasques.

Os maiores aumentos reais de renda na safra 2008, já descontada a inflação, ocorrem no feijão (79,6%), cebola (65,8%), trigo (55,6%), amendoim (39,2%), soja (32,3%) e milho (26,8%). Outros produtos que também têm apresentados aumento de renda em relação a 2007 são arroz (22,9%), café em grão (19,6%), tomate(17,5%), cacau (14,2%), batata-inglesa (8%), banana (5%), mandioca (4,2%) e laranja (3,4%).

Os preços dos produtos agrícolas mostraram redução no trigo, milho, batata-inglesa e café. Os demais analisados na pesquisa de renda apontam os mesmos preços do mês anterior ou tendência de alta. Entre as culturas que apresentam queda de renda em 2008, Gasques destaca a cana-de-açúcar, com uma produção recorde esperada de 643,7 milhões toneladas. A conjuntura de redução de preços do açúcar tem levado ao menor nível de renda em relação a 2007, analisa.

Cálculo da renda - A renda agrícola refere-se ao Valor Bruto da Produção de 20 lavouras e é obtida multiplicando a quantidade produzida pelo preço recebido pelos agricultores. A metodologia de cálculo da renda do café mudou em setembro. Os preços utilizados são do Cepea/Esalq/USP para o café Arábica tipo 6 e, no caso do Espírito Santo, foi utilizado o preço do café Conillon tipo 6, também do Cepea. Os demais preços continuam com a fonte da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Brasil não tem modelo efetivo para microcrédito, diz Yunus – Marianna Aragão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/11/2008

O microcrédito produtivo, sistema de empréstimo à população pobre para estimular o empreendedorismo, ainda não encontrou um modelo para ser aplicado de forma maciça no Brasil. A avaliação é do ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, Muhammad Yunus, economista e criador do Grameen Bank, de Bangladesh. O “banqueiro dos pobres” - apelido que ganhou por ter criado o maior banco de microcrédito do mundo, com 7,5 milhões de clientes, 28 mil empregados e US\$ 1 bilhão emprestados em 2007 - acredita que o sistema está emperrado no País porque os bancos não sabem como atender aos pobres. As ONGs, que também poderiam fazer esse papel, não têm dinheiro.

“O microcrédito não consegue ser extensivo no Brasil, apesar de existir muita gente esperando por ele”, disse Yunus ao Estado, após participar, em São Paulo, do evento Expo Management. Segundo o economista, a limitação ocorre pela falta de conhecimento das instituições financeiras sobre os tomadores de microcrédito.

Yunus defende, porém, que o desenvolvimento do microcrédito no País não dependa apenas dos bancos. Ele sugere a criação de um fundo central onde ONGs possam pegar emprestado e, depois, emprestar aos pobres. “É preciso criar uma regulamentação que transforme as ONGs em verdadeiros bancos de microfinanças.”

O Grameen Bank, criado há 32 anos com um capital de US\$ 27 e 42 clientes, já concedeu mais de US\$ 7 bilhões em empréstimos à população carente em Bangladesh sem exigir comprovação de renda dos clientes. O índice de inadimplência é de cerca de 3%. As taxas de juros oscilam entre 8,5% e 12%. “Isso não se chama filantropia. Somos um banco. Todo o dinheiro que emprestamos vem de nossos depósitos”, disse Yunus.

No Brasil, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, foram feitas 963.459 operações de microcrédito, com a liberação de R\$ 1,1 bilhão, em 2007. Mas os números são inexpressivos considerando o tamanho e a pobreza da população, diz o economista, que não descarta a possibilidade de trazer uma filial do Grameen para o Brasil. Este ano, o banco abriu uma filial em Nova York, a primeira fora de Bangladesh. “Se vocês tiverem o dinheiro e interessados, entraremos com ‘know-how’.”

CRISE - Ao comentar a crise financeira mundial, Yunus arrancou aplausos da platéia. Segundo ele, os bancos, que nunca quiseram emprestar aos pobres por temer a inadimplência, estão quebrando porque “são os ricos que não estão pagando”. Ele acredita, porém, que o sistema de microcrédito será impactado. “Quando a demanda do mercado diminuir, os empreendedores terão mais dificuldade de vender seus produtos.”

CNA fará vigilância para que produtor tenha acesso ao crédito – Sítio eletrônico da CNA – 12/11/2008

A presidente eleita da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje (12/11) a desburocratização do crédito rural e a liberação mais rápida dos recursos do Governo Federal para aliviar a escassez de financiamento da safra 2008/2009, decorrente da crise financeira mundial. “Se houver dificuldade de acesso aos recursos, o cenário de crise, que já é ruim, poderá se agravar em 2009”, disse. Em entrevista coletiva na sede da entidade, em Brasília, ela afirmou que a CNA “fará vigilância para que o dinheiro seja disponibilizado ao produtor para plantar e comercializar sua lavoura”. Para Kátia, “não há mágica. A falta de crédito só é suprida por crédito”.

Segundo a senadora, o Tesouro Nacional deve ter maior participação no financiamento da produção agrícola, que hoje representa de 25% a 30% das verbas destinadas ao plantio, custeio e comercialização da lavoura. “As instituições burocratizam os empréstimos para não ter de dizer não ao produtor que pede financiamento para plantar sua lavoura”, completou a presidente eleita. Ela cobrou maior volume de crédito oficial em razão da redução de recursos normalmente disponibilizados pelas *tradings*, que captam dinheiro no exterior. Antes da crise, as *tradings* respondiam por aproximadamente 40% das fontes de financiamento do setor agropecuário.

“As *tradings* geralmente são multinacionais. Se há problemas nos países onde estão localizadas as sedes destas empresas, a tendência é que haja problemas por aqui também”, justificou. A presidente eleita criticou o ritmo lento de liberação dos recursos oficiais destinados ao crédito. Segundo ela, o volume de recursos liberados de julho a setembro deste ano foi de R\$ 13,5 bilhões, pouco mais que os R\$ 13 bilhões destinados ao crédito rural no mesmo período do ano passado. No entanto, ressaltou que, em 2008, os custos de produção aumentaram mais de 30% em relação a 2007, o que reforça a necessidade de maior montante de recursos públicos para a atividade agropecuária. “Se um produtor recebeu R\$ 300 mil na safra passada, deveria receber pelo menos R\$ 390 mil neste ano para conseguir cobrir os custos de produção”, justificou.

Contag esclarece dúvidas sobre Pronaf do Bioma Amazônia – Sítio eletrônico da Contag - 12/11/2008

A Contag divulgou na internet uma nota de esclarecimento sobre a concessão de crédito do Pronaf do bioma Amazônia. A nota corrige o equívoco provocado por algumas agências do banco do Brasil. As unidades bancárias estavam exigindo o certificado de regularidade do imóvel rural dos beneficiários com até quatro módulos fiscais. O documento é desnecessário, segundo as resoluções 3599 e 3618/2008.

Os beneficiários do Pronaf ou os produtores com até quatro módulos fiscais devem apresentar declaração individual informando que a propriedade já tem área de preservação permanente e área de reserva legal ou que eles se comprometem a recuperá-las.

Já os beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária enquadrados nos grupos "A" e "A/C" do Pronaf precisam apresentar declaração fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse documento deve informar que o projeto de assentamento possui licença ambiental ou está com processo de licenciamento aberto no órgão competente. Outra opção, a declaração emitida pelo Incra pode informar sobre o termo de ajustamento de conduta com finalidade de licenciamento ambiental.

Leia na íntegra a [nota oficial](#) da Contag sobre o assunto

Prazo para aderir à renegociação é prorrogado para 12 de dezembro – Sítio eletrônico da CNA – 13/11/2008

O Banco Central publicou hoje (13/11) a [Resolução 3636](#), que prorroga para 12 de dezembro a data final para aderir ao processo de renegociação de dívidas de operações de crédito rural previstas na [Lei 11.775](#), que renegocia R\$ 75 bilhões em débitos. Esta decisão foi tomada em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN). Desta forma, os produtores rurais endividados terão prazo adicional de quase um mês para procurarem os bancos e formalizarem seu interesse em reestruturar seu passivo, protocolando uma carta na instituição financeira na qual fez o contrato para tomar financiamento. Este prazo para manifestar o interesse na repactuação venceria amanhã (14/11).

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Homero Pereira, quem aderir à renegociação poderá ter direito ao alongamento de prazos para quitação das parcelas das operações, taxas de juros menores, descontos sobre os saldos devidos e retorno à situação de normalidade, no caso daqueles produtores que atrasaram suas prestações e ficaram inadimplentes.

Ele informa também que, nos próximos dias, a CNA disponibilizará cartilhas e softwares para orientar produtores rurais no processo de renegociação. Também serão feitos programas de rádio com todas as informações relativas à repactuação dos débitos. A Lei 11.775 contempla dívidas de securitização I e II, PESA, Recoop (voltado para cooperativas), Funcafé (cafeicultores), Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, investimentos agropecuários (BNDES, Moderfota, Finame Agrícola Especial), financiamento para aquisição de títulos do Tesouro Nacional, Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), operações realizadas no âmbito do Pronaf (investimentos e custeio), Procera e crédito fundiário. Apenas as operações de crédito rural transferidas para a Dívida Ativa da União têm prazo de adesão diferente: 30 de junho de 2009.

“É importante o produtor participar desta adesão neste momento para poder continuar na atividade. O setor agropecuário já convivia com a questão do endividamento e agora o quadro se agravou com a crise financeira”, enfatiza. Para o presidente da Comissão da CNA, “embora a lei não tenha tudo o que o setor rural reivindicou, poderá trazer certo alívio para quem aderir à renegociação”, complementa. Ainda na resolução 3636, o CMN

ampliou de 10% para 20% o limite da carteira de operações de investimentos que poderá ser renegociado, ficando o restante das operações submetido à análise caso a caso. Haverá exceção para Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além de municípios de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul que decretaram estado de emergência ou calamidade pública em 2004 e 2005 em razão da ocorrência de estiagem. Nestes casos, o limite será de até 60% e o prazo para pagamento será de cinco anos.

Após a manifestação de interesse formal do produtor em aderir à renegociação, haverá prazo até 30 de dezembro para o produtor liquidar ou pagar um valor mínimo para reescalonamento das parcelas seguintes. Este também é o prazo de manutenção de situação de normalidade (adimplência) das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira ([Resolução 3613](#)). No entanto, alerta Homero Pereira, é preciso ficar atento quanto a este prazo, pois apesar de a lei dizer que esta data se refere a quase todos os programas previstos na Lei 11.775, o mutuário deve quitar total ou parcialmente o valor no dia do vencimento do contrato, caso expire antes de 30 de dezembro. Em seguida, os bancos devem formalizar as propostas de repactuação dos contratos até 31 de março de 2009.

Confederação diz que crédito não chegou ao campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/11/2008

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), eleita ontem presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), reclamou da escassez de crédito. Segundo ela, os recursos adicionais anunciados pelo governo para esta safra ainda não chegaram ao produtor porque o Banco do Brasil é burocrático na liberação. O diretor de Agronegócio do BB, José Carlos Vaz, disse que a liberação foi de R\$ 11,6 bilhões de julho a outubro, 37% maior que no mesmo período de 2007. O crédito rural disponível no BB é de R\$ 30,5 bilhões.

CMN define novo prazo para renegociar dívida rural – Sítio Eletrônico do MAPA –
13/11/2008

Brasília (13.11.2008) - Foi prorrogado, para 12 de dezembro, o prazo para adesão ao processo de renegociação de dívidas resultantes de operações de crédito rural e de crédito fundiário. A decisão resulta da reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), desta quinta-feira (13).

A norma não altera o prazo de vencimento das prestações de 2008 e das parcelas renegociadas. As condições para a reestruturação estão previstas na Lei nº 11.775/2008, em vigor desde 17 de setembro. A lei contempla 2,8 milhões de contratos que totalizam R\$ 75 bilhões. Previsto originalmente para 30 de setembro, o prazo de adesão à renegociação havia sido prorrogado para essa sexta-feira (14).

Para aderir ao processo de renegociação e repactuar os débitos, o produtor deve comparecer ao banco e formalizar o pedido. (*Débora Pinheiro*)

Prorrogado prazo para adesão à renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA –
14/11/2008

Foi prorrogado até 12 de dezembro o prazo para para agricultores familiares e assentados da reforma agrária de todo o País aderirem à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procerá). A decisão foi aprovada na última quinta-feira (13), em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para aderir basta o agricultor familiar ir ao banco e assinar um termo de adesão à renegociação de dívidas rurais da Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 432). No termo devem constar o nome completo e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

De acordo com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, ainda falta renegociar cerca de 25% das dívidas. “Continuaremos até o prazo final o esforço de informar os agricultores familiares da importância de ir aos bancos e aderir”, diz.

O passo seguinte após a adesão é a liquidação total da dívida ou a amortização mínima para quem quer pagar a dívida em prestações. O agricultor que aproveitar os benefícios poderá ter novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, ou seja, vai estar apto a tomar novos créditos para dar continuidade ao seu trabalho no estabelecimento familiar.

A crise chega ao campo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/11/2008

Falta de crédito, aumento de custos e incertezas dos agricultores com relação ao comportamento do mercado em meio à crise internacional provocaram um fato raro: o primeiro prognóstico da próxima safra elaborado pelo IBGE aponta para uma queda em relação à safra anterior. Pesquisadores do instituto não se lembram de quando isso ocorreu pela última vez.

Se for confirmado esse prognóstico - que é reforçado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no seu estudo Acompanhamento da safra brasileira -, será a primeira redução da safra desde 2005, quando a produção agrícola, sobretudo na Região Sul, foi severamente prejudicada por fatores climáticos. Nos dois anos seguintes, a produção foi recorde.

Por causa de diferenças metodológicas, há variações nas duas pesquisas: a do IBGE prevê queda de 3,3% da produção, que deve alcançar 140,8 milhões de toneladas; a Conab prevê que a queda pode variar de 2,9% a 1,4%, ou seja, deve ficar entre 139,7 milhões e 141,8 milhões de toneladas - mas tanto a previsão do IBGE como a da Conab anunciam um ano pior para o campo.

Nos últimos meses, os agricultores se queixavam da alta nos preços dos insumos, num momento em que os preços internacionais dos principais produtos estavam caindo. Mesmo agora, alguns produtores consideram que os preços dos insumos continuam num nível muito alto, “dos tempos de euforia”, como comparou o coordenador de agropecuária do IBGE, Flavio Bolliger, enquanto as cotações das principais commodities agrícolas já foram atingidas pela crise. A valorização do dólar em relação ao real, que provocou o aumento da cotação em moeda nacional, não entusiasma os agricultores, que balizam suas decisões de plantio no preço do produto na moeda americana.

A esse descompasso entre custo de produção e preço de venda se juntou uma aguda escassez de crédito. As tradings, que tradicionalmente financiam a produção, saíram do mercado. Os bancos aumentaram suas exigências - só produtores com a dívida regularizada estão recebendo empréstimos novos -, além de terem elevado os juros. Em consequência, os investimentos diminuiram. Por isso, é menor o uso de tecnologia no plantio da nova safra, que se estende até o fim do ano.

O efeito previsível será uma produtividade menor no campo, o que as duas pesquisas indicam. Ambas projetam um pequeno aumento na área plantada - de 1,2%, para 47,8 milhões de hectares, segundo o IBGE - e uma produção menor. Para a Conab, o rendimento da soja cairá de 2.816 quilos por hectare da safra anterior para 2.772 quilos por hectare.

Uma das mudanças mais notáveis deverá ocorrer com o cultivo do milho da 1ª safra. Em 2008, sua produção foi 10,6% maior do que a de 2007. Em 2009, deverá registrar queda de 6% em relação à de 2008. É essa cultura, segundo o IBGE, que sente o impacto mais forte da combinação de altos custos de produção e queda da cotação por excesso de oferta. A Conab assegura que não haverá risco de falta do produto, pois os estoques privados de milho somam 8 milhões de toneladas.

O plantio de produtos essenciais à mesa do brasileiro, porém, não deve ser fortemente afetado pela crise. A produção de arroz deve crescer 1,9% e a de feijão, estimulada pelos bons preços internos, deve aumentar 17,5%. O presidente da Conab, Wagner Rossi, atribui o bom desempenho dessas duas culturas às políticas de apoio ao mercado adotadas pelo governo.

Rossi informou que o governo reservará de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões para as políticas de apoio à comercialização agrícola. Esse dinheiro vai se somar aos R\$ 4 bilhões incluídos no Orçamento para 2009. O objetivo é evitar que as incertezas sobre os preços desestimulem os produtores. Na reunião da última quinta-feira do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o governo vai comprar produtos agrícolas e fazer estoques para assegurar preços adequados aos produtores. Já está decidido, por exemplo, que o governo comprará parte da oferta excedente de leite e intensificará as compras de milho.

Agricultores podem renegociar dívidas até o dia 12 de dezembro – Sítio eletrônico da Contag - 18/11/2008

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária ainda podem aderir à renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Na última semana, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou o prazo da adesão e os produtores rurais tem até o dia 12 de dezembro para assinar o termo de liquidação ou parcelamento do débito.

Os agricultores interessados em fazer a renegociação devem procurar o banco e assinar o termo de adesão, instituído pela Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 432). No termo, devem constar o nome completo e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Após a adesão, os produtores rurais poderão liquidar totalmente a dívida ou fazer a amortização mínima, se tiverem escolhido pagar o débito em prestações. O agricultor que aderir à renegociação terá novas oportunidades de financiamentos rurais do Pronaf, pois estará apto a tomar novos créditos.

Paraíba - O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag/PB), Liberalino Ferreira de Lucena, alerta os agricultores e agricultoras dos prejuízos que podem ter aqueles com dívidas com a União. "Alguns inadimplentes vinculam o não-pagamento de sua dívida apenas à restrição de crédito no mercado local. No entanto, a inclusão de seus nomes na Dívida Ativa da União poderá prejudicar o acesso desses à Previdência Social como segurado especial".

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda falta renegociar cerca de 25% das dívidas. Só no Estado da Paraíba, até a última sexta-feira (14), foram renegociadas no Banco do Nordeste (BNB) 6.026 operações de 3.880 clientes, totalizando R\$ 13,25 milhões.

Produtor agrícola ganha crédito para refinar dívidas – Fernando Nakagawa e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008

Agricultores do Centro-Oeste terão uma nova linha de crédito de R\$ 500 milhões para refinar dívidas com a compra de máquinas, como tratores e colheitadeiras, que não foram pagas em 2008. Os recursos tentam socorrer o setor que tem sofrido com a falta de crédito em meio ao agravamento da crise internacional, o que tem aumentado a inadimplência nesse tipo de operação.

O problema se concentra no Centro-Oeste do País, que já responde pela maioria das dívidas em atraso do setor no Brasil. Em reunião extraordinária ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a criação da nova linha, que será concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos próprios e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). O dinheiro pode ser usado para o refinanciamento dos empréstimos dos programas de investimento agropecuário do próprio BNDES - como o Moderinfra (para construção de armazéns), o Moderfrota e o Finame Agrícolas (ambos para a compra de máquinas).

Com a crise, secaram as fontes de crédito para os agricultores brasileiros. Sem recursos, muitos passaram a priorizar pagamentos e alguns empréstimos deixaram de ser pagos. Além desse problema provocado pela falta de dinheiro nos bancos, o campo também sofre com a queda dos preços internacionais das commodities - como soja e milho - em meio à crise global. Isso reduz o faturamento dos agricultores.

Pouco antes da decisão do CMN, o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, havia dito que cerca de 75% da inadimplência do setor está concentrada em Mato Grosso e Goiás. Nesses Estados, a situação mais dramática está nas operações para a compra de máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras. “A logística e o escoamento da produção desses Estados são muito mais difíceis que em outras regiões, o que aumenta seus custos”, disse o ministro à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Os produtores agrícolas interessados na nova linha de crédito poderão financiar até 40% da dívida que vence em 2008. O prazo é de até três anos, e o primeiro pagamento será em 2009. O financiamento terá juro de 7% a 10,25% ao ano.

O Ministério da Fazenda esclareceu que a linha de crédito permitirá refinar a parcela da dívida agrícola cuja renegociação já havia sido autorizada, neste ano, pela Medida Provisória 432, atual Lei 11.775. Para aderir à renegociação, no entanto, os produtores precisavam pagar 40% da parcela que venceria neste ano. A decisão tomada neste ano viabiliza a operação. Os 60% restantes podem ser redistribuídos ao longo do contrato, que ganhou, com base na MP, mais três anos para liquidação.

Segundo técnicos do Ministério da Fazenda, o governo não quis apenas renegociar as dívidas porque “abriria um precedente ruim”. “Se abrisse a porteira com uma nova renegociação, ninguém iria querer pagar mais nada”, disse um técnico.

O produtor que optar pelo refinanciamento poderá prorrogar a dívida por três anos. A linha que será oferecida pelos bancos que operam com recursos do BNDES terá encargo 0,25 ponto percentual superior à taxa original do financiamento.

BB quer fim das renegociações – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008

No cenário de maior concentração e concorrência bancária agravado pela crise financeira internacional, o Banco do Brasil (BB), principal agente financiador do agronegócio, cobra a reformulação da política de crédito agrícola e o fim das sucessivas renegociações e prorrogações das dívidas rurais. O BB sofre com as prorrogações porque tem de aumentar no balanço o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

Em entrevista ao Estado, o vice-presidente de agronegócios do BB, Luis Carlos Guedes Pinto, reconheceu que o sistema de financiamento atual, altamente dependente de um único agente financeiro, não “convém” ao BB, que é um banco comercial, com capital aberto e tem de prestar contas aos seus acionistas. “Como temos tido essa série de prorrogações, o risco do produtor rural se agrava. Com o agravamento do risco da operação, o custo para o agente financeiro é muito maior. As provisões do BB aumentaram muito nos últimos anos.”

Há duas semanas, Guedes Pinto lançou, em encontro na Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), uma proposta de reformulação do atual modelo de refinanciamento agrícola. Ontem, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, apoiou a reformulação do sistema, mas disse que não há definição sobre as medidas. “Elas estão sendo examinadas. Ainda não é possível dizer se são factíveis ou não.”

A idéia é que as propostas sejam submetidas ao governo no início de 2009. Além do BB, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também estuda alternativas ante a crise global, que impôs uma nova realidade ao agronegócio brasileiro.

No caso do crédito agrícola, Guedes Pinto disse que seria mais salutar para o Sistema Financeiro Nacional que o crédito agrícola não ficasse tão concentrado no BB, que hoje responde por 62,7% do total. “Não é bom para o banco nem para o sistema. É preferível ter mais agentes no financiamento.” Na avaliação de Guedes Pinto, o BB tem um duplo desafio: ser um banco do governo, agente de desenvolvimento, com forte presença na agricultura. E, ao mesmo tempo, um banco comercial, com ações na bolsa, e ter de apresentar desempenho.

Banco retoma máquinas de quem não paga – Thiago Itacaramby – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2008

Endividados, sem dinheiro e em plena época de plantio da nova safra, produtores rurais do sul de Mato Grosso podem perder equipamentos financiados ou dados em garantia de empréstimos. Neste mês o Banco CNH Capital - a CNH também é a maior produtora mundial de implementos agrícolas, dona das marcas Case e New Holland - já notificou 70 produtores para que paguem a dívida ou devolvam as máquinas e vários outros processos estão em andamento. Muitos produtores já tiveram até o nome incluído na lista de restrições de crédito.

Segundo informações do Cartório Central da Comarca do Fórum de Rondonópolis, na sexta-feira, já haviam sido cumpridos dez mandados de apreensão em diversas propriedades. Na 1.^a Vara Cível, informaram que há pelo menos quatro mandados contra o senador Gilberto Goellner (DEM-MT), que também é empresário do agronegócio (sementes Girassol). A Assessoria de Imprensa do senador negou as informações e acrescentou que ele está em dia com os pagamentos.

Na semana passada, entidades do agronegócio criaram um comitê de crise para buscar uma solução. Segundo o diretor da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja), Ricardo Tomczyk, a situação é crítica. “Em plena época de plantio da nova safra, os produtores temem o arresto dos bens financiados”, diz. Ele contou que alguns produtores estão fugindo dos oficiais de justiça.

Para Tomczyk, o governo federal tem sido ineficiente na negociação das dívidas. “Se já foi difícil plantar com as condições negativas de crédito e custo, que dirá se levarem nossas máquinas, como já estão fazendo. Alguém pode explicar como vamos colher o que foi plantado a duras penas?”

Segundo o diretor da Aprosoja, as entidades setoriais têm ligado os problemas atuais da agricultura à crise mundial. “As máquinas que garantem as dívidas dos produtores valem, em média, menos da metade do valor dos créditos dos bancos. Com a impossibilidade de geração de renda e quitação das parcelas da dívida, formou-se uma bolha artificial que vem sendo prorrogada pelo governo, sem solução definitiva.”

Agricultor terá recursos do BNDES para dívida – O Globo – Economia – 19/11/2008

BRASÍLIA. O governo decidiu ontem, em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), abrir uma linha de R\$ 500 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para agricultores do Centro-Oeste refinanciarem suas dívidas de investimento. Segundo o diretor de programas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, a medida beneficiará sobretudo os grandes produtores rurais e não vai mexer nos prazos já acertados das dívidas renegociadas recentemente. A linha manterá os juros fechados antes pelos agricultores, mas terá um acréscimo de 0,25%, uma espécie de penalidade. O prazo de pagamento será de três anos, e as negociações serão feitas pelos bancos repassadores, que recebem o capital do BNDES para esse fim. O diretor participou da reunião de ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve com presidentes de bancos oficiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. Segundo ele, o

governo avalia que as medidas tomadas de ajuda à agricultura, devido à crise internacional, são suficientes para garantir o custeio desta safra.

BNDES já liberou R\$ 5,2 bilhões no ano para projetos de biocombustível - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 19/11/2008

SÃO PAULO. O BNDES liberou até outubro R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de projetos de biocombustível, sobretudo aos destinados à expansão da produção de etanol. Só em outubro, os desembolsos ao setor somaram R\$ 800 milhões, volume recorde para um único mês desde a criação do departamento de biocombustíveis do banco, em agosto de 2007. Durante todo o ano passado, o banco de fomento repassou para os usineiros R\$ 3,6 bilhões. — O banco agilizou os recursos para reduzir o impacto da crise, mas não mudamos os critérios de avaliação que são bem rigorosos — disse ontem o gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Paulo Faveret, durante a 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Apesar da escassez do crédito e das reclamações de que está faltando rapidez ao banco na liberação de recursos, Faveret disse que o BNDES tem dinheiro suficiente para as demandas do setor, e atribuiu os problemas que algumas empresas (usinas) estão enfrentando a erros de planejamento financeiro. O ex-presidente da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) Eduardo Carvalho concorda que houve muitos erros de planejamento que a crise acabou expondo. Carvalho, que hoje dirige o Departamento de Relações Institucionais da ETH Bioenergia, braço do grupo Odebrecht no setor sucroalcooleiro, disse que o quadro atual de dificuldade vai acelerar o processo de fusões e aquisições no setor.

CMN define linha de crédito para financiar dívidas rurais da região Centro-Oeste
– Sítio eletrônico do MAPA – 19/11/2008

Brasília (19.11.2008) - Uma nova linha de crédito de até R\$ 500 milhões, especialmente destinada ao pagamento de dívidas rurais da região Centro-Oeste, foi aprovada nesta terça-feira (18), em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a linha de crédito permite que os produtores e as cooperativas paguem, ao longo de até três anos, a parcela de 2008 de suas dívidas.

O valor do financiamento corresponde a até 40% da prestação de 2008 prevista antes da renegociação. As taxas anuais aplicadas serão ligeiramente superiores às que estavam em vigor até então: 7% para as operações originais de 6,75%, 7,75% para as operações originais de 7,5% e 9,75% para as operações originais de 9,5%. Apenas as operações agrícolas no âmbito da linha Finame Agrícola Especial terão suas taxas originais mantidas: 10,25%.

A implementação dessas medidas não acarretará custos adicionais para o Tesouro Nacional, pois os recursos serão deduzidos do montante alocado, na safra 2008/2009, no Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), que pode chegar a até R\$ 150 milhões, e no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), de até R\$ 350 milhões.
(Débora Pinheiro)

CNA defende criação de fundo garantidor para evitar crise em safras futuras –
Sítio eletrônico da CNA – 20/11/2008

Criação de um fundo para garantir recursos para a agricultura a partir safra 2009/2010 e destinação de R\$ 4 bilhões para assegurar a comercialização da produção da safra atual 2008/2009. Estas foram as ações defendidas pela presidente eleita da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, para que o agricultor enfrente a crise e possa custear e vender sua lavoura, mantendo a produção no mesmo patamar dos anos anteriores. Desta forma, completou, o agricultor terá condições de recuperar a rentabilidade afetada em anos anteriores e reduzir a inadimplência de operações de crédito rural contratadas e não honradas. “O quadro hoje é preocupante e a população sentirá as conseqüências desta crise quando o campo não conseguir fornecer safras recordes e faltar alimento na mesa do brasileiro”, alertou a senadora.

Quanto ao fundo para financiar a próxima safra, Kátia Abreu informou que será discutido por um grupo de trabalho a ser formado por entidades representantes dos diversos segmentos do setor agropecuário. A senadora explicou que o objetivo é apresentar a proposta ao Governo no início de 2009. “Não temos muitos detalhes agora, mas vamos negociar junto ao Executivo”, frisou. Um dos principais motivos que levou a senadora a defender esta idéia é a redução dos financiamentos feitos pelas *tradings*, provocada principalmente pelo alto risco de inadimplência dos agricultores. “Cerca de 80% das *tradings* deixaram de financiar o setor em razão do risco de inadimplência”, salientou.

Esta classificação de risco está prevista na Resolução 2682 do Banco Central, e é um dos principais critérios usados pelos bancos para contratação de empréstimos. É dividida em nove níveis: AA (mínimo) a H (máximo). Os níveis considerados baixos,

que não impedem o mutuário de tomar empréstimos são AA, A, B e C, sendo o restante considerado de alto risco. Segundo dados do Banco do Brasil, apresentados pela senadora, o percentual de produtores cujos contratos têm risco elevado passou de 3%, em 2003, para 14,5%, em 2008. “Trata-se de um *subprime* no campo”, definiu Kátia Abreu, em referência ao termo utilizado para investimentos de alto risco feitos no mercado financeiro.

Quanto aos R\$ 4 bilhões para comercializar a atual safra, Kátia Abreu disse que esta quantia é resultado do acréscimo de R\$ 2,5 bilhões ao R\$ 1,5 bilhão previsto no Plano Agrícola e Pecuário, anunciado em julho. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) apresentou emenda ao Orçamento da União de 2009 para incluir os R\$ 2,5 bilhões, recusada pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, instalado para analisar as emendas ao texto orçamentário. Kátia Abreu apresentou recurso para incluir novamente a emenda da CRA.

Na avaliação da presidente eleita da CNA, a comercialização da safra tem sido um dos principais problemas enfrentados pelos produtores na atual safra. No caso da soja, ela disse que, em anos anteriores, 45% da produção eram vendidas antecipadamente. No entanto, neste ano, apenas 18% da lavoura foi comercializada. Disse, ainda, que há 13 milhões de toneladas de milho sobrando no mercado, o equivalente a uma safrinha, o que tem ocasionado redução no preço da saca de 60 quilos do cereal, que hoje está em R\$ 20,50, enquanto o custo de produção está em R\$ 21,00 por saca. Afirmou, também, que a cultura do trigo vive situação semelhante à do milho. Acrescentou que a cana sofreu redução de 17% no preço, o que ocasionou a inadimplência das usinas junto aos fornecedores.

Outro ponto de preocupação abordado por Kátia Abreu foi o atraso no pagamento das parcelas de investimento que venceram em 2008, que tem gerado ações de busca e apreensão de máquinas e equipamentos pelos bancos, nos últimos dias. Os casos mais críticos estão no Centro-Oeste e no Tocantins. Para a senadora, esta inadimplência é atribuída, principalmente, às diferentes taxas de juros nos financiamentos, que geraram encargo médio de 21% na região Centro-Oeste. Dos R\$ 65 bilhões destinados ao custeio e à comercialização da safra 2008/2009, apenas R\$ 11 bilhões têm juros controlados de 6,75%.

Setor rural recebe 6% a mais de recursos para financiamento em 2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/11/2008

Brasília (20.11.2008) - Entre julho e outubro de 2008, a aplicação do crédito rural alcançou R\$ 25,93 bilhões, o que representa mais 6,8% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse foi um dos resultados apresentados pelo Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA), que avalia a alocação de recursos para financiamento da agricultura empresarial.

“Esses números comprovam que a ação rápida do governo para manter um bom nível de financiamento ao setor está surtindo efeito”, avalia o Diretor do Departamento Agrícola, Wilson Vaz de Araújo, a respeito das dificuldades causadas pela crise econômica mundial.

Do total de recursos destinados ao financiamento do setor, a agricultura empresarial recebeu, de julho a outubro, R\$ 22,39 bilhões, o que corresponde a um aumento de 6,1% no volume de recursos aplicados no mesmo período no ano passado.

Para o custeio e comercialização, a aplicação de recursos foi de R\$ 19,36 bilhões. Apenas para o custeio, o aumento foi de 13,5% em relação ao mesmo período da safra passada. A juros controlados, foram aplicados R\$ 16,65 bilhões, com aumento de 3,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos à vista e a poupança rural continuam sendo as principais fontes de recursos para o custeio e a comercialização, a taxas controladas, que são mais baixas.

Os fundos constitucionais representaram uma importante fonte de recursos para a agropecuária nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre julho e outubro de 2008, foram liberados R\$ 1,69 bilhão, 93,5% a mais em relação ao mesmo período de 2007. “Isso reflete o tratamento prioritário que o governo dá para a agricultura nesse momento de plantio e de forte retração nas fontes privadas de financiamento”, salienta Wilson Vaz de Araújo. (*Débora Pinheiro*)

Aplicações chegam a R\$ 25,93 bilhões entre julho e outubro de 2008 – Sítio eletrônico da CNA – 21/11/2008

Entre julho e outubro de 2008, a aplicação do crédito rural alcançou R\$ 25,93 bilhões, o que representa mais 6,8% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse foi um dos resultados apresentados pelo Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA), que avalia a alocação de recursos para financiamento da agricultura empresarial.

“Esses números comprovam que a ação rápida do governo para manter um bom nível de financiamento ao setor está surtindo efeito”, avalia o Diretor do Departamento Agrícola, Wilson Vaz de Araújo, a respeito das dificuldades causadas pela crise econômica mundial.

Do total de recursos destinados ao financiamento do setor, a agricultura empresarial recebeu, de julho a outubro, R\$ 22,39 bilhões, o que corresponde a um aumento de 6,1% no volume de recursos aplicados no mesmo período no ano passado.

Para o custeio e comercialização, a aplicação de recursos foi de R\$ 19,36 bilhões. Apenas para o custeio, o aumento foi de 13,5% em relação ao mesmo período da safra passada. A juros controlados, foram aplicados R\$ 16,65 bilhões, com aumento de 3,7%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos à vista e a poupança rural continuam sendo as principais fontes de recursos para o custeio e a comercialização, a taxas controladas, que são mais baixas.

Os fundos constitucionais representaram uma importante fonte de recursos para a agropecuária nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre julho e outubro de 2008, foram liberados R\$ 1,69 bilhão, 93,5% a mais em relação ao mesmo período de 2007. “Isso reflete o tratamento prioritário que o governo dá para a agricultura nesse momento de plantio e de forte retração nas fontes privadas de financiamento”, salienta Wilson Vaz de Araújo.

Ruralistas pedem mais R\$ 3,5 bi para enfrentar a crise no campo – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008

Considerado um dos setores prioritários na estratégia do governo de tentar minimizar o impacto da crise financeira mundial no crescimento do país no ano que vem, o agronegócio apresentou nesta semana sua fatura à equipe econômica.

Depois da injeção de R\$ 13 bilhões neste ano, os agricultores pedem mais R\$ 3,5 bilhões até o início de 2009, além de uma solução para R\$ 75 bilhões em dívidas das três últimas safras e a criação de um fundo com dinheiro do Orçamento da União para reduzir o risco atribuído ao setor pelos bancos e permitir que os produtores possam tomar novos empréstimos para a safra 2009/2010.

Tudo isso, de acordo com a nova presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), precisa ser acompanhado da definição "de uma política de abastecimento e renda".

Na prática, isso significa novas regras para os subsídios dados pelo governo para seguro rural, diminuição da carga de juros e garantia de um preço mínimo para os produtos na época da comercialização. Para quem torce o nariz para a nova choradeira do campo, o recado da senadora nas reuniões que teve nesta semana com o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) e com os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central foi: "Poderá haver redução drástica da área plantada em 2009, porque o produtor está com risco elevado em razão das dívidas passadas" e não tem como financiar a próxima safra.

O setor rural tem a seu favor o temor do governo de que a crise global interrompa a onda de crescimento econômico justamente nos dois últimos anos do governo Lula. "O cenário é preocupante e a população sentirá as conseqüências desta crise quando ela atingir a mesa", afirmou a senadora, traçando quadro ameaçador. "Chegamos ao nosso limite. Máquinas estão sendo arrestadas, recursos para comercialização da safra atual são insuficientes e não há crédito para a safra 2009/2010", diz.

Governo planeja investir mais em preço mínimo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/11/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem que o governo vai investir na política de preço mínimo em 2009. "O governo vai usar a política de preço mínimo, vai utilizar a política de estoques e a de opções de compra. Vai usar a política de incentivo ao escoamento a produção", disse o ministro na Conferência Internacional de Biocombustíveis, em São Paulo. Ele afirmou que ainda não tem definições quanto aos volume de compras da safra 2009 que o governo fará neste momento. Ele disse que a medida tem objetivo preventivo de evitar qualquer problema para os produtores plantarem a safra de 2010. **(AB)**

No passado, o volume de crédito oficial era quase o dobro do custo da safra; hoje, é cerca de um terço

OS PERCALÇOS do agricultor para obter financiamento para suas atividades determinam a necessidade de reformulação do sistema de crédito rural vigente no Brasil. Imaginemos um produtor de médio porte que precisa buscar no mercado os recursos complementares para o plantio. O caminho sempre foi o de buscar o crédito rural oficial, com juros baixos, hoje em 6,75% ao ano.

Não é mais assim. Ficou no passado a situação em que o volume total de crédito rural oficial disponível era quase o dobro do custo de produção da safra brasileira. Hoje, essa participação é de aproximadamente um terço da necessidade do setor e, em algumas cadeias produtivas ou regiões do país, a proporção é ainda menor. Mas há outro aspecto que complica a vida do produtor.

Como, na prática, o crédito rural tornou-se um crédito bancário, é preciso observar regras de regulamentação do sistema financeiro, em especial a classificação de risco e a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Com isso, o crédito oficial não consegue atender a demanda total, e o agricultor corre atrás de outras fontes de financiamento em geral mais caras, aumentando o juro médio a ser pago, muitas vezes inviabilizando o projeto.

Ao longo do tempo, algumas modificações foram incorporadas à lei nº 4.829/65 -que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural e que completou 43 anos no dia 5 deste mês-, mas a essência continua a mesma, e, envelhecida, está bastante defasada em relação aos significativos avanços e transformações ocorridos na agropecuária brasileira nas últimas décadas.

É fundamental discutir mudanças estruturais no velho modelo, mas precisam estar vinculadas à proteção da renda. A ausência de estímulos a esses mecanismos, aliada às tradicionais peculiaridades (caráter biológico, períodos cíclicos e dependência do clima) da agropecuária, produziu nas últimas décadas uma sucessão de crises, de produção ou de renda, obrigando a renegociação e/ou a prorrogação de dívidas. Para o sistema de crédito, as conseqüências são o agravamento dos riscos, o aumento da provisão, o não-retorno dos capitais emprestados, a retração dos financiadores, a redução da disponibilidade de crédito e a falta de atratividade para novos agentes financeiros. Em resumo, menos crédito para mais demanda.

Na roça, a gente costuma dizer que "sapo não pula por boniteza, mas por necessidade". O Brasil tem um papel crescente no cenário global de suprimento de alimentos e de biocombustíveis, com sua agropecuária eficiente e competitiva. Mas pode perder essa condição sem um sistema de crédito rural moderno e eficaz.

Estamos discutindo o assunto no âmbito do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp, com o apoio da vice-presidência de crédito rural do Banco do Brasil. E

esperamos, em breve, apresentar à sociedade, para discussão, temas como: 1) crédito rotativo e renovável para o conjunto dos empreendimentos da propriedade rural, estendido a vários ciclos produtivos; 2) adesão compulsória a seguro rural e a proteção de preços e fundos garantidores; 3) subvenção ao prêmio de opção de venda, a exemplo do subsídio ao seguro; 4) criação de um fundo de liquidez para o crédito rural; 5) desburocratização geral. Por aí esperamos avançar, oferecendo ao país a oportunidade de criar milhares de empregos e muito mais renda para todas as cadeias produtivas.

***ROBERTO RODRIGUES**, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

"Horizonte é de fato sombrio", afirma ministro Stephanes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2008

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) diz que o governo federal já vem adotando políticas diferenciadas para amenizar os efeitos da crise no campo. Mas lembra que "há limites" para as ações do governo e que "todos terão de pagar o preço da crise". "O que os produtores de Mato Grosso querem é uma prorrogação generalizada das dívidas, o que não é possível fazer. O horizonte é de fato sombrio e o que o governo faz, neste momento, é administrar a crise e amenizar seus efeitos."

Segundo o ministro, o governo vai adotar uma política de preços mínimos para proteger o setor, mas afirma que isso tampouco resolverá o "problema da renda". "A renda do produtor é uma questão que se estende há décadas e não vai ser resolvida agora. Isso não é novidade alguma. Agora, o preço mínimo vai vigorar e estaremos ao lado dos produtores para sustentar eventuais diferenças." O mesmo cenário não vale para o caso do algodão. De acordo com o ministro, a demanda pela pluma deverá cair de forma acentuada. "Algodão é diferente de comida. É até desejável que haja redução no plantio, pois, do contrário, não haverá preço mínimo que resolva."

Stephanes avalia que a crise é mais aguda em Mato Grosso devido ao modelo de desenvolvimento adotado: médias e grandes propriedades, financiadas por tradings e comercializando safras por antecipação. "Com o crédito mais difícil, o sistema parou de funcionar." Se de fato o refinanciamento não funcionar, diz o ministro, e os produtores se virem novamente incapacitados de honrar os compromissos, será o momento de "sentar e rediscutir uma nova redistribuição da dívida. Por ora, o fato é que, tirando Mato Grosso, 90% do Brasil pagou o que devia". (RV)

Ajuda "não adianta nada" sem garantia de renda mínima no setor, diz agricultor – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2008

Sem garantias de renda mínima ao setor agrícola, a nova linha de crédito anunciada pelo governo federal "não adiantará nada", dizem as entidades que representam os agricultores de Mato Grosso. O ciclo de medidas "emergenciais" e de "curto alcance" está esgotado, afirmam, e será necessário um "tratamento diferenciado".

"Nós não temos dinheiro agora e, mantida a atual conjuntura, teremos menos ainda no futuro. Então nós já sabemos hoje que, quando chegar a hora, não vamos conseguir pagar esse refinanciamento", diz o agricultor Carlos Ernesto Augustin, vice-presidente da Ampa (Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão).

O presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis, Ricardo Tomczyk, diz que a nova linha de crédito "chegou tarde". "Faz quatro anos que o governo reconhece que não temos capacidade de pagamento e vem adiando o colapso com paliativos. O que aconteceu neste ano foi que, por conta da crise internacional, os bancos de fábrica decidiram colocar um ponto final nesse caminho."

Para Tomczyk, a resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) "não é uma prorrogação e não estanca o problema". "Esse socorro abre a possibilidade de os bancos exigirem novas garantias antes de liberar o dinheiro. No final das contas, a situação de vulnerabilidade ficará ainda maior."

Condições desiguais - A inadimplência foi mais grave no Centro-Oeste, argumenta Augustin, por causa da "desigualdade de condições" que o setor enfrenta para produzir. Análise produzida pelo Imea (Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola, ligado à Famato) diz que os custos de produção e o frete no Estado corroíam, na cotação de maio, 93% da renda bruta apurada por hectare de soja. No Paraná, segundo o estudo, a mesma conta fica em 63%. "Os EUA têm políticas de subsídios, o Paraná está com sua produção a poucos quilômetros do porto e tem estradas conservadas. Não temos nada disso por aqui. Estamos longe de qualquer saída, não temos infra-estrutura e nosso único subsídio é o endividamento crescente e não-pago. Essa conta não vai fechar nunca", diz.

Efeitos - Para Rondonópolis, a perspectiva de redução no ritmo do agronegócio é vista com preocupação. O deputado estadual José Carlos do Pátio (PMDB), prefeito eleito do município, acredita que a cidade sofrerá os efeitos da crise. "A cidade se abriu para a agroindústria para se tornar menos vulnerável. Mas, nos municípios do entorno, a agricultura é o único caminho. Se houver desemprego, essa população virá buscar alternativas aqui, o que poderá agravar os problemas sociais." **(RV)**

Gasto agrícola do Tesouro pode cair à metade – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/11/2008

As mudanças na forma de financiamento do setor rural em discussão no governo poderão reduzir praticamente à metade os gastos do Tesouro Nacional com subsídio de taxa de juros aos agricultores e políticas de proteção de preço, na avaliação do vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto. Atualmente, a despesa anual do governo com equalização de juros e compras de produtos para garantir preços mínimos, evitando queda na renda dos produtores, é de cerca de R\$ 4 bilhões. Segundo o vice-presidente do BB, o valor pode cair para R\$ 2 bilhões, chegando, no máximo, a R\$ 2,5 bilhões com a introdução de novos instrumentos de mercado na estrutura de financiamento agrícola.

Responsável por 63% do crédito agrícola no país, o BB, apesar não ser um órgão formulador de políticas, tem uma participação importante no debate da equipe econômica sobre alterações nas regras de financiamento para o setor rural. A crise financeira mundial, que retraiu o mercado de crédito, na avaliação de Guedes Pinto, mostrou que o modelo atual está ultrapassado e requer mudanças. Um ponto central, para ele, é justamente reduzir a volatilidade da atividade agrícola, o que, acredita, atrairá o interesse de instituições privadas para o financiamento da safra. Para isso, o vice-presidente do BB destaca como essencial criar mecanismos de garantia de renda para os produtores, com a utilização de instrumentos financeiros modernos, como o mercado de derivativos.

Essa questão, diz, aborda duas pontas. Uma delas é o seguro rural que prevê indenizações contra problemas climáticos e outras catástrofes. Esse instrumento já existe, conta com subsídio do governo, permite cobrir até 70% da expectativa de produção, mas precisa ser atualizado.

"É preciso modernizar e ampliar esse seguro", diz, explicando que o modelo atual não reflete adequadamente o aumento da produtividade no campo, reduzindo o valor da cobertura final. "Será preciso usar medidas de produtividade para cada município em vez da região. No futuro, caminharemos para avaliar a produtividade de cada propriedade."

Garantia de renda - Mais importante ainda para ele, é ter um seguro de proteção da renda. Em vez de o governo desembolsar recursos para a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) comprar produtos e garantir determinado preço, ele passaria a cobrir parte do custo do produtor com contratos de derivativos, negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Esses contratos servem justamente para assegurar um preço mínimo no momento da venda da produção.

Alerta: Seguro Agrícola pode ser a saída nos desastres climáticos – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2008

“Estamos entrando em uma crise de agricultura de alto custo e que coloca em risco a segurança alimentar na América do Sul”. Com esse alerta, o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Peraci Sanches, abriu o seminário sobre *Gestão de Risco no Contexto da Segurança Alimentar e os Desafios da Mudança Climática* nesta segunda-feira (24). O evento, que prossegue até quarta-feira (26), faz parte da programação da X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), realizada de 22 a 27 de novembro no Rio de Janeiro.

Segundo Sanches, além do alto custo da agricultura, os desastres naturais provocados pelas mudanças climáticas prejudicam os pequenos agricultores. São eles os responsáveis por 60% dos alimentos consumidos na América do Sul. “Nesse contexto, é importante que haja um conjunto de políticas de seguro agrícola para que o agricultor atingido por esses eventos possa se precaver, evitando prejuízos à produção de alimentos”, defende.

O seguro agrícola indeniza os prejuízos causados à lavoura decorrentes de diversos fenômenos da natureza. Além disso, é um instrumento de indução do uso de técnicas de manejo capazes de fazer com que os agricultores adotem medidas preventivas contra a ocorrência de eventos climáticos. “Todos esses cuidados ajudam a enfrentar a situação de mudanças climáticas, reduzindo ou evitando prejuízos para a segurança alimentar”, explica o coordenador de Seguro Agrícola da SAF/MDA, José Carlos Zukowski.

Um exemplo concreto de como o conhecimento técnico e o bom uso do solo podem ajudar os agricultores familiares a ter mais proteção foi dado pelo argentino Remo Vénica, representante da sociedade civil daquele país. Segundo o agricultor, nos últimos quatro anos uma comunidade rural localizada na província de Santa Fé sofreu dezesseis emergências agrícolas em função da ocorrência de eventos climáticos adversos.

Já a comunidade agroecológica Granja Naturaleza Viva, situada na mesma área, nunca sofreu uma emergência em 20 anos de existência. A diferença entre as duas localidades está na adoção de um modelo produtivo baseado no manejo do solo e no uso de energias renováveis. “É preciso buscar a integração e o equilíbrio entre o homem e a natureza. Para isso, devemos providenciar e investir em modelos produtivos que levem ao desenvolvimento sustentável”, afirma Vénica.

Participam dos debates do Seminário o representante da Associação Latino-Americana de Seguro Agrícola, Edgar Misael Uribe Alcántara; o engenheiro mexicano José Manuel Terrazas Astorga; o pesquisador da Embrapa Eduardo Assad; e o diretor do departamento de Financiamento e Proteção à Produção da SAF/MDA, João Luiz Guadagnin.

Produtores discutem medidas de apoio à comercialização – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008

As medidas de apoio à comercialização de leite, reivindicadas ao Governo em setembro por representantes da atividade leiteira, serão discutidas hoje (26/11) durante reunião da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as solicitações feitas pelo setor, estão a liberação de R\$ 100 milhões para Contratos Privados de Opção de Venda (PROP), visando escoar um bilhão de litros de leite das principais regiões produtoras para estados consumidores. Os membros da Comissão também pediram a criação de uma Linha Especial de Crédito (LEC), com limite de R\$ 15 milhões por tomador, para financiar a estocagem do produto.

A concentração das exportações de produtos lácteos na Venezuela também será tratada na reunião. De janeiro a outubro deste ano, o Brasil exportou US\$ 456,3 milhões, dos quais 58% deste valor para o país sul-americano. O encontro acontece das 10h às 18h, na sede da CNA, em Brasília.

Falta de financiamento para comercialização compromete produção de leite em 2009 – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008

Se a área econômica do Governo não liberar os R\$ 100 milhões necessários para a implantação imediata dos Contratos Privados de Opção de Venda (PROP), com preço de referência de R\$ 0,60/litro, estará comprometendo a expansão da produção de leite no País em 2009. Segundo o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, os produtores de leite aguardam desde setembro uma resposta do Governo às reivindicações do setor para apoiar a comercialização do produto e amenizar o impacto da crise na atividade leiteira, que tem convivido com baixos preços pagos pelo volume produzido e elevação do custo de produção. Os recursos solicitados financiariam a transferência de um bilhão de litros de leite das principais bacias produtoras aos Estados consumidores, reduzindo o excedente de produção, de 1,4 bilhão de litros.

“O Ministério da Agricultura acenou favoravelmente ao pleito, mas a decisão final depende do Ministério da Fazenda”, disse Rodrigo Alvim, que também preside a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Diante da falta de instrumentos de apoio à comercialização, os pecuaristas de Goiás tiveram, em um ano, queda de 20% na rentabilidade e enfrentam um aumento de 18% no Custo Operacional Efetivo (COE). Em Minas Gerais, principal produtor do País, a renda caiu 15% em 11 meses, enquanto o custo efetivo subiu 11%.

Outra solicitação do setor, aprovada hoje pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi a criação de uma Linha Especial de Crédito (LEC), com limite de R\$ 15 milhões por empresa, para financiar a estocagem. Na avaliação de Alvim, esta decisão representa um avanço, mas ainda falta definir um preço de referência, que deverá ficar em torno de R\$ 0,60/litro, para estar adequado ao mercado. O prazo para contratação desta linha é até 30 de junho de 2009.

Também está em discussão a criação de um Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) para o leite na região Sul. Este instrumento é uma subvenção concedida para quem adquire um produto indicado pelo Governo Federal diretamente de produtores ou cooperativas e escoar para uma região previamente definida. Outro tema debatido na

reunião de hoje (26/11) da Comissão da Pecuária de Leite da CNA foi a concentração das exportações brasileira de lácteos para a Venezuela, destino de 58% das vendas externas do País em 2008. “Precisamos diversificar os mercados”, alertou Rodrigo Alvim. O Brasil embarcou para o exterior US\$ 456,3 milhões em produtos lácteos, de janeiro a outubro deste ano, valor que supera o total registrado em 2007, de US\$ 299,6 milhões. Para facilitar e ampliar os embarques para o exterior em busca de novos mercados, também foram solicitadas ao Governo ações para firmar acordos de equivalência sanitária, habilitação de novas fábricas, promoção comercial de produtos nacionais no exterior e estímulo à vinda de missões estrangeiras ao País.

A adesão das Federações e entidades que compõem a Comissão Nacional de Pecuária de Leite ao programa de Marketing Institucional também poderá contribuir significativamente para aumentar o consumo interno de leite no Brasil. Hoje, os brasileiros consomem menos de 150 litros de leite por ano, embora a quantidade mínima recomendada seja de 200 litros/ano segundo o Guia Alimentar do Ministério da Saúde.

Parcelas de investimentos com vencimento neste ano serão incluídas na renegociação – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008

Os produtores rurais inadimplentes com parcelas de operações de investimento com vencimento em 2008 também poderão renegociar suas dívidas nas mesmas condições previstas na Lei 11.775, que repactua R\$ 75 bilhões, em débitos. A decisão está na [Resolução 3646](#), do Conselho Monetário Nacional (CMN), que realizou reunião ordinária hoje (26/11), em Brasília. Desta forma, os agricultores poderão pagar 40% do valor da prestação que expira neste ano até 30 de dezembro, prorrogando o restante em até cinco anos, no caso de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, e em três anos para os outros estados. Contudo, antes de quitar a parcela, eles devem aderir ao processo de renegociação, cujo prazo é até 12 de dezembro. Antes do voto aprovado pelo CMN, as prestações deste ano não estavam contempladas na Lei 11.775.

Para o presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner, a medida representa um alívio quanto à postergação do prazo para pagamento da parcela. Contudo, ressaltou, não contempla o principal problema dos produtores, que é a falta de recursos para a liquidação da parcela. Na [Resolução 3639](#), outra norma aprovada hoje pelo CMN, ficaram definidas algumas condições para o acesso à linha de crédito de R\$ 500 milhões para pagamento dos 40% do valor da prestação de investimento que vence em 2008, abrangendo produtores do Centro-Oeste e com prazo até 30 de dezembro para contratação desta linha, além da amortização anual no dia 15 do mês em que o produtor obtiver a maior receita com sua atividade. Para Schreiner, no entanto, se esta linha exigir novas garantias dos agricultores, o acesso a estes recursos ficará inviável. “Hoje, muitos produtores não têm novas garantias e as máquinas que os agricultores têm hoje valem muito menos que os financiamentos”, ressaltou Schreiner. “O que observamos é que os bancos querem reforçar as suas garantias”, completou.

Para o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da CNA, Homero Pereira, a [Resolução 3639](#) não deixa claro se a obtenção de recursos para pagar a parcela de investimento atrasada exige alguma contrapartida. “Espera-se que não sejam exigidas garantias adicionais, porque o produtor não terá como pegar esta linha de crédito. Deve haver apenas a garantia prevista nos contratos originais”, salientou.

CMN aprova linhas de financiamento para cafeicultura – Sítio eletrônico da CNA – 26/11/2008

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (26/11) a [Resolução 3643](#), que institui linha de crédito de R\$ 100 milhões para que produtores de café e cooperativas possam quitar dívidas contraídas de Cédula de Produto Rural (CPR) com vencimento até 31 de dezembro de 2007, incluídas aquelas prorrogadas para 2008. Os recursos serão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e o limite será de R\$ 3 mil por hectare ou de R\$ 400 mil por produtor, com prazo de pagamento de quatro anos e juros de 7,5% ao ano. Para o presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Mesquita, a medida é positiva e atende a uma reivindicação da entidade, beneficiando principalmente os cafeicultores da Zona da Mata mineira, que são em sua maioria de pequeno porte. “Há produtores que, historicamente, tinham problemas em obter financiamento a juros mais acessíveis e a liberação emergencial desta linha ajudará estes cafeicultores”, afirma Mesquita.

Esta resolução regulamenta o artigo 53 da Lei 11.775, sancionada em setembro e que renegocia R\$ 75 bilhões em dívidas rurais. Segundo ele, a expectativa do setor é que, havendo demanda por mais recursos, possam ser liberados mais R\$ 200 milhões dos R\$ 300 milhões previstos nesta lei. Ele informa, ainda, que outra Resolução do CMN, a [3640](#), também atende a um pedido da CNA, juntamente com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e sindicatos rurais, ao criar linha de financiamento de R\$ 90 milhões para ajudar produtores mineiros que tiveram prejuízo de pelo menos 10% na produção, decorrentes das chuvas de granizo ocorridas em setembro. “Foi uma medida justa, mas deve ser emergencial, pois além dos preços baixos, os cafeicultores ainda tiveram este imprevisto”, enfatiza. Na sua avaliação, estes recursos poderão contribuir para a recuperação da lavoura, o que deve durar de dois a três anos. O prazo para pagar esta linha será de seis anos.

Apesar destas medidas, ele ressalta que o principal gargalo que deve ser solucionado para revigorar a atividade cafeeira é a implantação de mecanismos de garantia de renda para o produtor, uma vez que os custos de produção estão superiores aos preços pagos ao cafeicultor. “Diante desta crise financeira internacional, medidas pontuais não resolverão os problemas do setor. Se toda a cadeia não buscar uma política de renda, veremos resultados muito pequenos”, alerta.

Custo do crédito sobe e preocupa governo – Sheila D´amorim e Ney Hayashi da Cruz – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008

Depois de pouco mais de dois meses tentando administrar os impactos negativos da crise financeira externa na economia brasileira, o governo mudou o foco de suas preocupações. Em vez da oferta de crédito, agora é o custo dos empréstimos o alvo das medidas em discussão.

Segundo levantamento do Banco Central, o custo médio de um empréstimo bancário chegou a 45% ao ano neste começo de mês, se considerada a média dos contratos firmados entre os dias 1º e 12 de novembro. Em outubro, essa taxa estava em 42,9% ao ano e, em setembro, em 40,4%.

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica começou a mapear medidas que podem ser adotadas nessa área, mas, segundo a Folha apurou, já se sabe que o problema é bem mais difícil de ser contornado do que o da falta de liquidez, que dominou as atenções até agora.

Para o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a escalada dos juros não deve ser interrompida enquanto as turbulências nos mercados globais não diminuïrem.

A alta é mais pronunciada nos financiamentos a pessoas físicas. Nessa modalidade, a taxa média praticada pelos bancos, que estava em 54,8% ao ano em outubro, já chegou a 59,8% neste começo de mês, nível mais alto registrado pelas estatísticas do BC em três anos.

Para o governo, apesar de o volume de dinheiro em circulação não ter sido totalmente restabelecido e de o crédito ter diminuïdo o ritmo de crescimento, a situação irá se acomodar gradualmente. No entanto, se a oferta for restabelecida num patamar mais baixo, mas a demanda cair por causa do custo, isso causará problemas para o crescimento em 2009.

O ponto central para a equipe econômica é como fazer cair o valor cobrado nos empréstimos. Esse custo subiu nos últimos meses, reflexo não só do agravamento da crise financeira mas também da elevação da taxa básica de juros, a Selic.

"Spread" elevado - A equação passa pelo "spread" das transações bancárias: a diferença entre o custo que uma instituição tem para captar dinheiro e o valor cobrado no empréstimo ao cliente. Aí estão embutidos o lucro da operação, os impostos pagos, exigências feitas pelo governo, como recolhimento compulsório (parcela do depósitos que fica parada no Banco Central), o risco calculado para os clientes e os custos administrativos.

Em setembro, o "spread" médio estava em 26,4 pontos percentuais. Isso significa que, dos 40,4% ao ano cobrados nos empréstimos, 26,4 pontos percentuais ficavam com os bancos. Em outubro, o "spread" havia subido para 28,4 pontos percentuais e neste começo de mês está em 30,5 pontos. "Esse movimento é reflexo do maior conservadorismo das instituições financeiras", afirma Lopes. Ou seja, com receio de que a crise afete a capacidade de pagamento de seus devedores, os bancos estariam se antecipando a eventuais perdas e aumentando os juros. Os presidentes dos bancos federais, entre eles a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, tentaram explicar ao presidente Lula, na semana passada, que a alta recente nesses "spreads" é fruto do maior risco com a crise financeira global e também das elevações dos juros promovidas pelo BC neste ano.

Não convenceram e saíram do encontro com a ordem de melhorarem sua eficiência administrativa para poderem, a partir da mesma taxa Selic e de um risco menor, pelo menos, não cobrar mais caro nas operações. Afinal, uma parte importante do "spread", o recolhimento compulsório, foi reduzido significativamente nos últimos dois meses.

Lula está convencido de que os bancos federais têm obrigação de liderar o movimento para breçar a alta do custo final dos empréstimos. Por isso, ele cobrou mais eficiência administrativa das duas instituições. BB e Caixa estão reavaliando metas de cortes de gastos, o que inclui de pessoal a material de escritório e cafezinho.

Recorde, dívida dos brasileiros já ultrapassa os 40% do PIB – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/11/2008

Mesmo com o agravamento da crise, a partir do final de setembro o volume de crédito disponível no país continuou crescendo e voltou a bater recorde em outubro. Segundo dados do Banco Central, o total de empréstimos liberados pelo sistema financeiro somava R\$ 1,187 trilhão, valor que equivale a 40,2% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

Desde que o BC passou a calcular essa estatística, em julho de 1994, a relação entre crédito e PIB nunca havia ultrapassado 40%. A meta do governo era chegar a esse patamar no fim deste ano. O saldo de financiamentos oferecidos pelo sistema financeiro no final do mês passado é semelhante ao total de títulos públicos em circulação no mercado, que em outubro era de R\$ 1,226 trilhão. Isso significa que, atualmente, o valor dos empréstimos que os bancos concedem aos seus clientes no Brasil é semelhante à soma dos empréstimos que investidores do mercado financeiro concedem ao governo.

O nível recorde no volume de crédito não significa, porém, que a crise não afetou a concessão de empréstimos bancários no país. O que os números mostram é que, com exceção de alguns segmentos isolados, não houve um congelamento total na liberação de novos recursos, e sim uma diminuição no seu ritmo de crescimento.

No mês passado, os bancos concederam R\$ 157 bilhões em novos financiamentos, uma queda de 3% em relação ao valor apurado em setembro. Esses valores variam muito de mês para mês, e mesmo neste ano, antes da crise, quedas maiores já haviam sido registradas. Para o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, o que chama a atenção é que o recuo tenha acontecido numa época em que a procura por crédito é mais forte devido à proximidade das festas de fim de ano.

Lopes diz que a crise afetou mais a oferta de novos financiamentos entre o final de setembro e o começo de outubro, mas que já há sinais de normalização desse mercado. "[A crise] afetou menos [a expansão do crédito] do que inicialmente se mostrava. No início [de outubro] observamos uma retração forte, mas já há sinais fortes de recuperação", afirma. Neste mês, segundo parcial fechada pelo BC no último dia 12, a concessão de empréstimos cresceu 5,7%.

Os números do BC mostram ainda que a maior parte dos financiamentos bancários disponíveis no país são de valores mais altos. No caso das pessoas físicas, 50% dos financiamentos têm valores entre R\$ 5.000 e R\$ 50 mil, e 21% estão acima de R\$ 50 mil. Entre as empresas, 42% dos contratos estão na faixa entre R\$ 10 mil e R\$ 10 milhões, e 40% superam o patamar de R\$ 10 milhões.

Após cobrança de Lula, BB reduz juros – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2008

Após cobrança do presidente Lula na semana passada, o Banco do Brasil anunciou ontem corte na taxa de juros em linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas. A mudança já começa a valer a partir de hoje.

As taxas mínimas cobradas do crédito rotativo dos cartões Ourocard serão reduzidas de 4,23% para 3,79% ao mês. Já nas compras parceladas, a redução é de 4,99% para 2,92% ao mês.

Para pessoas jurídicas, as reduções ocorrem especialmente na linha de antecipação de recebíveis -de 1,95% para 1,69% ao mês- e de capital de giro. A instituição também reduziu as taxas das operações do chamado ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) e ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues).

Na semana passada, Lula criticou o BB e a Caixa Econômica Federal pela alta nos "spreads" (diferença entre o custo que uma instituição tem para captar dinheiro e o valor cobrado no empréstimo ao cliente) num momento em que o governo quer manter a oferta de crédito para estimular a economia. Com a Reuters e a Agência Brasil

De olho no crédito, governo estuda novos cortes no IOF – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2008

Para injetar mais recursos na economia, a equipe econômica estuda cortar tributos, como uma nova rodada de reduções nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A equipe econômica avalia que há margem para novos cortes de IOF, caso seja necessário, mas, neste momento, devem continuar sendo pontuais. O governo está monitorando os setores econômicos e, caso identifique dificuldades de crédito, poderá promover novos cortes.

“Não acho que o corte de impostos deva ser linear. Deve continuar sendo calibrado, caso a caso”, informou uma fonte do governo. Há cerca de duas semanas, o Ministério da Fazenda reduziu o IOF para as operações de financiamento de motos para pessoas físicas. O setor havia registrado uma queda forte nas vendas. Semanas antes, o governo reduziu o IOF para os investimentos estrangeiros.

A equipe econômica avalia que uma redução mais ampla de impostos só será possível quando houver mais clareza sobre o cenário econômico em 2009. “Para adotar essas medidas estruturais, temos de aguardar para ver como será o ritmo de crescimento econômico no ano que vem”, disse uma fonte da área econômica.

Segundo ela, continua na gaveta a proposta de reestruturar as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), para reduzir a carga tributária para as classes mais baixas. “Essa é uma medida forte. Por isso, também depende de termos essa clareza.”

A redução de impostos é uma das pernas de um tripé anunciado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para reduzir os impactos da crise financeira internacional na economia real. O governo anunciou que vai manter os investimentos e pretende reduzir o custo das operações financeiras das empresas. Daí a possibilidade de redução do IOF. Todos os esforços são para evitar um desaquecimento forte da demanda que possa levar a uma onda de demissões.

No caso dos investimentos, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo continua contando com a criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB), que deve receber mais de R\$ 14 bilhões este ano. Esses recursos poderão ser usados em obras de infra-estrutura num momento de baixo crescimento econômico. Mas, se o FSB não for aprovado pelo Senado até o final do ano, o Tesouro Nacional já estuda alternativas para evitar que esse dinheiro vire superávit primário e seja usado no pagamento dos juros da dívida pública. “Tem solução”, disse a fonte sem dar detalhes.

Para reduzir o custo das operações financeiras, além da redução de IOF, o governo espera que os bancos oficiais promovam uma onda de corte de taxas de juros cobradas do tomador final. O Banco do Brasil já reduziu o custo dos empréstimos a pessoas físicas e empresas. A Caixa Econômica Federal informou que deverá anunciar na semana que vem o corte dos juros nas operações de crédito às empresas. A orientação é para que os bancos adotem o papel de liderança na ampliação da oferta de crédito e redução do custo dos empréstimos. O governo acredita que essa postura puxará para baixo os juros cobrados pelos bancos privados.

Já apertou – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 29/11/2008

EM OUTUBRO o volume total de crédito na economia brasileira cresceu 2,9% em relação a setembro, atingindo R\$ 1,18 trilhão, o equivalente a 40,2% do PIB. À primeira vista, esse dado sugere que o cenário doméstico foi pouco contaminado pela crise internacional. Uma leitura mais detida, porém, revela que essa impressão é falsa. Em primeiro lugar, o crescimento do crédito parece ter sido magnificado por limitações dos demonstrativos do BC. Alguns prejuízos de empresas com derivativos de câmbio, por exemplo, foram renegociados com os bancos e entraram na estatística de dívida sem que o respectivo desembolso tenha ocorrido.

Os dados abertos por tipo de operação revelam que algumas linhas foram brutalmente contraídas. Nas concessões para pessoas jurídicas, os descontos de notas promissórias, o crédito para a aquisição de bens e o adiantamento de contratos de câmbio (ACC) caíram 20%; a diminuição nos repasses de recursos externos foi de 35%. Para pessoas físicas, os empréstimos para a compra de veículos baixaram 37,2%, e o crédito pessoal, 9,8%. Os indivíduos recorreram mais ao cheque especial para equilibrar as contas.

Simultaneamente, ocorreu um aumento considerável nas taxas de juros. De setembro para outubro, a taxa sobre o desconto de promissórias subiu 11 pontos percentuais; sobre o capital de giro das empresas, 4,6 pontos percentuais. No cheque especial as taxas alcançaram incríveis 170,8% ao ano. Os prazos também começaram a encolher: na modalidade de capital de giro o encurtamento foi de 15 dias; na aquisição

de veículos por pessoas físicas, de 7 dias. Assim, há claros sinais de que o crédito no Brasil está rapidamente se tornando mais restrito, mais caro e mais curto.

Apesar de obscuras, as operações emergenciais pelas quais a CEF e o Banco do Brasil emprestaram para a Petrobras R\$ 2 bilhões e R\$ 751 milhões, respectivamente, no final de outubro, explicitam a dimensão da escassez de crédito. A estatal deve explicações sobre as operações aos acionistas e aos contribuintes -ainda mais num contexto em que o preço da gasolina no mercado doméstico está 50% acima do vigente no mercado internacional, sugerindo que a empresa não deveria ter problemas de caixa.

Houve ainda a divulgação de dificuldades enfrentadas por uma siderúrgica para honrar o pagamento de matérias-primas. Garantir a compra de insumos básicos é essencial para a manutenção das operações de qualquer empreendimento. Dificuldades nessa área podem revelar problemas de financiamento e/ ou queda no faturamento.

Nesse contexto de crise, cabe ao governo brasileiro conter seus gastos correntes, inclusive para preservar os investimentos. Cabe ao Executivo, ainda, garantir que o sistema financeiro cumpra adequadamente suas funções de ofertante de crédito.

CRÉDITO AINDA NÃO ESTÁ NORMALIZADO, AFIRMA MANTEGA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/11/2008

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que ainda há problemas de crédito no país. "Nosso desafio é aumentar a oferta e reduzir o custo", afirmou, durante o jantar de final de ano da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). O presidente da entidade, Fábio Barbosa, por sua vez, afirmou que a concessão de financiamentos continua crescendo. "É o que mostram todas as estatísticas."

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IICA

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

